

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - DELIBERAÇÃO DA MESA

2 - ATAS

- 2.1 - Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 2.2 - 7ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 2.3 - Reunião de Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Comissões

4 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

5 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

6 - MANIFESTAÇÕES

7 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

8 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

9 - ERRATAS



DELIBERAÇÃO DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.508/2011

Altera dispositivos da Deliberação da Mesa nº 2.446, de 15 de junho de 2009, que disciplina a aplicação de verba indenizatória em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar.

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, em especial das previstas nos incisos IV e V do “caput” do art. 79 do Regimento Interno,

DELIBERA:

Art. 1º – Fica acrescentado ao “caput” do art. 3º da Deliberação da Mesa nº 2.446, de 15 de junho de 2009, o inciso III que segue, passando o inciso II a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º – (...)

II – até seis vezes o limite de 50% (cinquenta por cento) da verba indenizatória mensal dentro de cada semestre do ano civil, a divulgação da atividade parlamentar;

III – até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) da verba indenizatória mensal, locação e fretamento de veículos.”.

Art. 2º – Os §§ 3º, 4º-A, 5º e 6º do art. 3º da Deliberação da Mesa nº 2.446, de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º – (...)

§ 3º – Para a indenização das despesas a que se referem a alínea “c” do inciso I e o inciso III do “caput” deste artigo, deverá constar o número da placa do automóvel no documento de pagamento ou, na ausência dessa informação, declaração do emitente do documento, em papel timbrado, observando-se:

I – para fins da alínea “c” do inciso I do “caput” deste artigo, o limite de dois veículos de propriedade do Deputado, vedada a indenização de despesa com o Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor – IPVA –, taxas e seguros obrigatório e privado;

II – para fins do inciso III do “caput” deste artigo, o limite de dois veículos para locação.

(...)

§ 4º-A – Serão exigidos para a indenização de despesa:

I – na hipótese da alínea “e” do inciso I do “caput” deste artigo, se o serviço for prestado por pessoa física, o currículo do profissional contratado e, a partir da segunda comprovação de despesa por meio de Recibo de Pagamento a Autônomo – RPA – relativa ao mesmo profissional, cópia do respectivo comprovante do recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão) do Imposto sobre a Renda – IR – incidente sobre o último serviço prestado;



II – na hipótese de despesa com combustível, lubrificante, manutenção e despesas gerais com veículos e alimentação, a emissão de documento fiscal a cada operação de venda de serviços ou mercadoria realizada, observado o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 9º desta deliberação.

§ 5º – O valor que exceder os limites mensais estabelecidos nos incisos I e III do “caput” deste artigo e o limite semestral estabelecido no inciso II não será considerado para fins de indenização de despesas.

§ 6º – Na aplicação do disposto no § 5º deste artigo, será considerado o mês de competência indicado no documento fiscal, a data de emissão do documento, ou a data do efetivo pagamento da despesa.”

Art. 3º – Fica acrescentado ao art. 9º da Deliberação da Mesa nº 2.446, de 2009, os seguintes §§ 3º e 4º:

“Art. 9º – (...)

§ 3º – Na eventualidade de não apresentação de cupom fiscal a cada operação de venda de combustível e lubrificante nos termos do inciso II do § 4º-A do art. 3º desta deliberação, poderá ser aceita nota fiscal emitida na forma do “caput” deste artigo englobando o valor total das vendas e com a indicação dos números dos cupons fiscais.

§ 4º – Os lançamentos no Sistema de Controle de Despesas Indenizatórias das despesas de que trata o inciso II do § 4º-A do art. 3º desta deliberação deverão ser efetuados de forma individualizada, considerando cada operação de venda, e os lançamentos relativos à hipótese prevista no § 3º deste artigo deverão ser efetuados por nota fiscal.”

Art. 4º – Fica revogada a alínea “d” do inciso I do “caput” do art. 3º da Deliberação da Mesa nº 2.446, de 2009.

Art. 5º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 1º de fevereiro de 2011.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia Legislativa, em 4 de abril de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 7/4/2011

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

José Henrique - André Quintão - Arlen Santiago - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Délio Malheiros - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Hélio Gomes - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Marques Abreu - Rogério Correia - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h14min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 12, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 12/4/2011.).

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/4/2011

Presidência do Deputado Inácio Franco

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Votação de Requerimentos: Prosseguimento da votação do requerimento do Deputado Elismar Prado; renovação da votação; aprovação - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 20.342; emissão de parecer pelo relator; discurso do Deputado Antônio Júlio; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

José Henrique - Inácio Franco - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - João Vítor Xavier - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Mauri Torres - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeuzinho Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.



Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Às 20h7min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Antonio Lerin, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Prosseguimento da votação do requerimento do Deputado Elismar Prado em que solicita que o Projeto de Lei nº 186/2011 seja distribuído à Comissão de Cultura. A Presidência vai renovar a votação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 20.342, que autoriza o Instituto de Gestão de Águas - Igam - a doar ao Centro Polivalente de Atividades Sociais, Culturais e Ambientais - Cepasa -, com sede no Município de Unai, o imóvel que especifica. Designado relator em Plenário, o Deputado Neider Moreira solicitou o prazo regimental para emitir parecer. Com a palavra, o Deputado Neider Moreira, para emitir seu parecer.

O Deputado Neider Moreira - Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

PARECER SOBRE O VETO TOTAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 20.342

Comissão Especial

Relatório

O Governador do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 90, VIII, combinado com o art. 70, II, da Constituição Estadual, opôs veto total à Proposição de Lei nº 20.342, que autoriza o Instituto Mineiro de Gestão de Águas – Igam – a doar ao Centro Polivalente de Atividades Sociais, Culturais e Ambientais – Cepasa –, com sede no Município de Unai, o imóvel que especifica.

As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 593/2011.

Cumpridas as formalidades regimentais, a proposição foi encaminhada à Comissão Especial para receber parecer, nos termos do art. 111, I, “b”, combinado com o art. 222 do Regimento Interno.

De acordo com o disposto no § 3º do citado art. 222, esgotado o prazo regimental da Comissão, a proposição foi incluída na ordem do dia, sobrestadas as demais proposições até sua votação final, ressalvado projeto de iniciativa do Governador do Estado com solicitação de urgência e com prazo de apreciação esgotado.

Cabe-nos, portanto, emitir parecer sobre a matéria.

Fundamentação

A Proposição de Lei nº 20.342 autoriza o Instituto Mineiro de Gestão de Águas – Igam – a doar ao Centro Polivalente de Atividades Sociais, Culturais e Ambientais – Cepasa –, com sede no Município de Unai, o imóvel com área de 2.000m², situado nesse Município, para o funcionamento da sede dessa instituição.

Como razões do veto, o Governador alega contrariedade do interesse público, uma vez que a doação de bens públicos para entidades particulares deve ser vista com restrição, admitida somente em caráter excepcional. Ressalta ainda que a finalidade pretendida pela proposição pode ser alcançada mediante a utilização de outros instrumentos jurídicos que melhor preservem o interesse público, como a autorização, a permissão ou a cessão de uso.

É importante observar que, para resguardar o interesse público, o legislador imprimiu regime jurídico público ao patrimônio do Estado, tornando-o imprescritível, impenhorável e inalienável. Em decorrência disso, não é possível a invocação de usucapião sobre eles, não podendo também ser penhorados nem alienados sem a devida autorização do Poder Legislativo.

Passando ao domínio privado, o imóvel perde essas garantias legais, o que lhe abre a possibilidade de responder pelo passivo da entidade, sendo sujeito a execuções e até mesmo à prescrição aquisitiva em favor de terceiros que venham a residir em parte dele. Além disso, as associações mantêm em seus quadros empregados regidos pela CLT, o que torna possível a penhora e o leilão de tal imóvel em decorrência de possível ação trabalhista.

Deve-se destacar que a prévia autorização legislativa para a alienação de bens imóveis públicos é exigência contida no art. 18 da Constituição do Estado e no art. 17 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, o qual exige sua subordinação ao interesse público. No caso em análise, é de interesse público que o imóvel permaneça como patrimônio do Estado, podendo, conforme ressaltou o Chefe do Executivo, ser cedido à Cepasa por meio de outros instrumentos jurídicos, o que em nada prejudica a coletividade que usufrui de seus serviços.



Cabe lembrar ainda que a doação de imóveis, embora necessite da autorização deste Poder, é ato reservado ao Governador, uma vez que o art. 90, inciso XIV, da Carta mineira, a ele atribui a competência privativa de dispor sobre a organização e a atividade do Poder Executivo. A proposição de lei, nesse sentido, tem caráter meramente autorizativo, pois o negócio jurídico somente será aperfeiçoado com a conjugação da vontade dos dois Poderes.

Diante da manifestação contrária do Poder Executivo, a transformação da citada proposição em lei, por meio da rejeição do veto em análise, em nada contribuirá para a adoção da medida nela consubstanciada, tornando-se inócua.

É razoável, portanto, o acolhimento da diretriz emanada do Executivo.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela manutenção do veto total oposto à Proposição de Lei nº 20.342.

O Sr. Presidente - Em discussão, o veto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, estou inscrito para proceder à discussão do Veto Total à Proposição de Lei nº 20.342, que autoriza o Instituto Mineiro de Gestão de Águas – Igam – a doar ao Centro Polivalente de Atividades Sociais, Culturais e Ambientais – Cepasa – imóvel com área de 2.000m², localizado no Município de Unaí.

Sr. Presidente, esse é um tema bastante polêmico, até porque o Governador opôs o veto a uma doação. Gostaria que o Plenário estivesse com seu quórum bastante qualificado, para que eu pudesse fazer uma analogia entre esse veto e a doação ao Ipsemg, porque para o Cepasa o governo não pode doar o terreno do Igam, mas pode fazê-lo para a construção de hotel do Ipsemg.

Questão de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, não existe quórum para fazermos essa discussão; então, solicito a V. Exa. o encerramento de plano da reunião, logicamente resguardando o meu tempo, para que possamos, amanhã ou terça-feira, continuar esse debate.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 7, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/3/2011

Às 14h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Em seguida, comunica o recebimento de correspondência do Sr. Elder Gonçalves Dangelo, Subcorregedor da Polícia Civil, solicitando as notas taquigráficas da reunião realizada pela Comissão em 25/3/2011. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 40/2011, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 264, 271 e 272/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Fabiano Tolentino, João Leite e Sargento Rodrigues em que solicitam seja encaminhado à Defensora Pública Geral pedido de providências para que o Sr. Luiz Felipe Gonçalves do Nascimento, recluso no Município de Divinópolis, tenha assistência jurídica por parte da Defensoria Pública; do Deputado João Leite, da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Sargento Rodrigues em que solicitam a participação da Comissão em evento da Câmara Municipal de Simonésia para debater a segurança pública na região; do Deputado Sargento Rodrigues (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, para obter esclarecimentos sobre o índice de furtos e roubos de veículos no Município de Belo Horizonte, em 2010, e debater o problema; e seja encaminhada aos policiais militares, lotados na 128ª Cia ESP/22º BPM e na 6ª Cia ESP/1º BPM manifestação de aplauso pelo trabalho desenvolvido na desarticulação de uma quadrilha, que arrombou imóveis nesta Capital durante o Carnaval; do Deputado Celinho do Sintrocel em que solicita seja realizada visita à 178ª Cia. Especial de Polícia Militar de Coronel Fabriciano, para verificar suas instalações; e do Deputado Sávio Souza Cruz em que solicita seja realizada visita ao canil da Polícia Militar, para verificar a necessidade de revitalização de suas instalações visando aos eventos de 2014. É recebido pela Presidência requerimento da Deputada Liza Prado em que solicita seja realizada reunião de audiência pública da Comissão para debater a necessidade de mais Batalhões de Polícia na Região do Vale do Aço. Em seguida, é aprovado o relatório da visita realizada ao 17º Batalhão da Polícia Militar de Uberlândia em 24/3/2011, o qual se segue após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2011.

João Leite, Presidente - Cássio Soares - Maria Tereza Lara - Sargento Rodrigues.



RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Segurança Pública

Local visitado: 17º Batalhão da Polícia Militar (Uberlândia)

Apresentação

No dia 24/3/2011, às 9 horas, a Comissão de Segurança Pública visitou a sede do 17º Batalhão da Polícia Militar – 17º BPM –, situado na Av. Ubiratan Honório de Castro, 291, Bairro Santa Mônica, em Uberlândia.

A visita, requerida pelo Deputado Sargento Rodrigues, teve como objetivo averiguar as condições de cumprimento de pena por militares naquela unidade da PMMG. Estiveram presentes os Deputados João Leite, Presidente da Comissão, Sargento Rodrigues e Elismar Prado (substituindo a Deputada Maria Tereza Lara). Participou ainda da visita Egmar Sousa Ferraz, Diretor-Presidente da 13ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Uberlândia. A Comissão foi recebida pelo Cel. Dilmar Fernandes Crovato, Comandante do 9º Batalhão Regional da Polícia Militar e pelo Ten.-Cel. Hércules dos Reis Silva, Comandante do 17º BPM, os quais prestaram as informações solicitadas pelos Deputados.

Relato

Inicialmente, foi realizada uma breve reunião, quando foram discutidas as principais questões pertinentes à segurança pública em Uberlândia e no Triângulo. Foi enfatizado que a criminalidade violenta na região gravita em torno de dois fatores centrais: o tráfico de drogas e o fato de Uberlândia ser um eixo logístico nacional, o que atrai, para o Município e a região, quadrilhas especializadas em roubo de cargas. O Cel. Crovato frisou que essas quadrilhas estão sofisticando cada vez mais sua atuação nessa região, a qual influencia e sofre influência direta de quatro Estados da Federação: Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul. Essas características reforçam a necessidade e ampliam o número de iniciativas da 9ª Região da Polícia Militar para uma atuação em rede com as Polícias Federal e Civil, as polícias de outros Estados e os Ministérios Públicos. Nesse contexto, foram apresentados exemplos de experiências de atuação conjunta das forças policiais que possibilitaram resultados positivos no combate ao tráfico de drogas e ao roubo de drogas.

Além disso, os representantes da Polícia Militar salientaram o intenso crescimento de Uberlândia devido a migrações e os efeitos disso na criminalidade e comentaram o esforço da polícia por estreitar os laços com a sociedade, ampliando programas de policiamento comunitário. Também foi discutido o gerenciamento de rodovias federais na região pela Polícia Militar, por meio de convênios. As autoridades policiais realçaram, por fim, que os crimes violentos em Uberlândia vêm caindo desde 2005, quando ocorreram cerca de 9.600 crimes, ao passo que em 2010 foram computados cerca de 3.600 crimes violentos. Quanto ao número de homicídios na cidade, foram 130 ocorrências em 2010.

Em seguida, foi efetuada a visita aos locais do 17º BPM destinados ao cumprimento de pena por militares. O Deputado Sargento Rodrigues disse que esteve no batalhão meses antes e constatou más condições de acautelamento no local. Lembrou de reclamação dos presos segundo a qual a cela, estando muito próxima do estacionamento de motocicletas, estava à mercê de barulho intenso e da fumaça dos canos de descarga dos veículos. O mesmo parlamentar apresentou reportagem e fotos realizadas pela imprensa local, nas quais são denunciadas condições desumanas de cumprimento de pena por policiais militares. Segundo a denúncia, policiais estariam acautelados dentro de um banheiro. Uma das fotos mostra uma cama de detento ao lado de mictórios e chuveiros de um vestiário coletivo.

As autoridades da Polícia Militar informaram que as dependências de acautelamento passaram por reforma recente e estavam agora em melhores condições.

Primeiro, foi visitada a cela destinada ao cumprimento de pena em regime fechado. A Comissão constatou a reforma informada pelos comandantes. As celas receberam piso e pintura, novos armários, bancada em granito, beliches e roupas de cama. A cela tem capacidade para quatro pessoas, mas, no momento da visita, estava ocupada apenas por um militar. Indagado pelos parlamentares sobre as condições de permanência na cela antes da reforma, este militar salientou que, até pouco tempo, as celas apresentavam péssimas condições de habitação e salubridade, até com a presença de ratos; porém, admitiu que a situação estava normalizada com a reforma, concluída uma semana antes. Além disso, frisou o detento, foram retiradas das proximidades da cela as motocicletas, que causavam barulho e fumaça.

Em seguida, a Comissão visitou o local do Batalhão destinado ao cumprimento de pena em regime semiaberto, que fica próximo ao campo de futebol e da quadra, e nele se fundem a função principal de vestiário de apoio à prática de esportes e a função acessória de acautelamento de condenado em regime semiaberto. O local é ocupado apenas por um condenado durante a noite. Verificou-se que a sua cama fica em uma parte do vestiário coletivo onde se situam os armários dos demais usuários do vestiário. Essa parte do vestiário é separada dos chuveiros e dos mictórios por um corredor interno. As autoridades policiais presentes afirmaram que esse local claramente não correspondia ao mostrado nas fotos apresentadas pela imprensa local na reportagem a que se referiu o Deputado Sargento Rodrigues, e sugeriram que tais fotos seriam montagens.

Conclusão

Ao término da visita, os Deputados concluíram que, não obstante os problemas anteriormente existentes, a situação havia sido normalizada com as reformas efetuadas recentemente pela corporação; contudo, com relação ao local de acautelamento em regime semiaberto, a Comissão verificou que, embora o alojamento não apresentasse situação tão grave como a que foi relevada pela reportagem acima mencionada, ainda assim havia problemas, pois não é adequado acautelar os presos no mesmo ambiente do vestiário. Sugeriu-se uma reforma para isolar o vestiário da cela onde dorme o militar preso em regime semiaberto.

Sala das Comissões, 29 de março de 2011.

João Leite, Presidente - Sargento Rodrigues - Maria Tereza Lara.



ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/3/2011

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Délio Malheiros e Ulysses Gomes (substituindo o Deputado Antônio Júlio, por indicação da Liderança do Bloco MSC), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Liza Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir questões relacionadas à instalação de radares e aos contratos referentes à prestação desses serviços no Sul de Minas e interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Marcos Aurélio da Silva, Secretário Municipal de Trânsito, representando Agnaldo Perugini, Prefeito Municipal de Pouso Alegre; Moacir Franco, Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre; Sérgio Augusto de Carvalho, ex-Secretário de Transporte e Trânsito do Município de Pouso Alegre; Carlos Messias Muniz, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - 24ª Subseção de Pouso Alegre; Silvio dos Reis, Presidente da Associação do Comércio e Indústria de Pouso Alegre - Acipa -; e Ruben de Arimatéia Ribeiro, Advogado, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Liza Prado em que solicita seja encaminhado ao representante do Ministério Público da Comarca de Pouso Alegre pedido de informações acerca das providências adotadas com relação aos radares instalados no Município e ao contrato celebrado com a empresa prestadora do serviço; e dos Deputados Délio Malheiros em que solicita reunião de audiência pública no Município de Coronel Fabriciano para debater questões relativas às multas de trânsito e à instalação de radares fixos no Município; Dalmo Ribeiro Silva (2) em que solicita seja encaminhado ao Prefeito Municipal de Pouso Alegre pedido de informações sobre a eventual rescisão ou suspensão do contrato celebrado pelo Município com a empresa que implantou os radares na cidade, bem como os dados relativos aos números de multas aplicadas aos proprietários de veículos pelos radares e o valor da arrecadação do Município com a aplicação das multas; ao Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre pedido de cópia dos documentos relativos à instalação da comissão especial de inquérito criada para implantação dos radares. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2011.

Liza Prado, Presidente - Duilio de Castro - Antônio Júlio.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/4/2011

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita ao membro da Comissão presente que a subscreva. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, o andamento do processo de reconhecimento da Comunidade Três Barras como quilombola e acompanhar a execução dos programas do governo federal nessa localidade. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Graziela Armelao, Secretária Municipal de Cultura e Patrimônio, representando Nelma Lúcia Cirino de Carvalho Vieira, Prefeita Municipal de Conceição do Mato Dentro; Maria Isabel Rodrigues, Assistente Técnica, representando a Sra. Luiza Helena de Barros, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; os Srs. Antônio José da Silva Neto, Presidente da Câmara Municipal de Conceição do Mato Dentro; Clever Alves Machado, da Área de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese -, representando o Secretário de Estado, Wander José Goddard Borges; Ronaldo Antônio Pereira da Silva, Presidente do Conselho Estadual de Promoção de Igualdade Racial de Minas Gerais; Carlos Roberto Horta, professor do Departamento de Ciência Política da UFMG e Coordenador-Geral do Projeto Quilombolas de Minas Gerais 2008; Sidinei Seabra da Costa, Presidente da Associação Comunitária Quilombola de Três Barras; Dario Magno de Miranda Maia, Coordenador Regional da Emater em Diamantina, representado o Sr. Geraldo Durães Pereira, Gerente da Emater em Diamantina; e Jesus Rosário, Diretor de Cultura da Federação da Comunidade Quilombola de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlin Moura, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2011.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - Duarte Bechir.



ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/4/2011

Às 11h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Delvito Alves e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Delvito Alves, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Registra-se a presença da Deputada Liza Prado. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Liza Prado (2), em que solicita seja realizada visita desta Comissão à 16ª Delegacia Regional de Uberlândia, para verificar as condições degradantes e insalubres de trabalho de seus servidores e da população que recorre aos serviços prestados pela polícia civil, e seja realizada reunião de audiência pública desta Comissão em Uberlândia, para discutir as condições degradantes e insalubres de trabalho dos servidores dessa delegacia; Durval Ângelo e Sargento Rodrigues, em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública para dar continuidade ao debate relacionado à sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre os desaparecidos políticos do Araguaia; Durval Ângelo (3), em que solicita sejam encaminhadas ao Procurador-Geral de Justiça e à Secretária de Estado de Planejamento e Gestão as notas taquigráficas desta reunião, em que solicita sejam encaminhados ao Governador do Estado as notas taquigráficas desta reunião e pedido de providências para que inicie negociação com a Sindepominas sobre as reivindicações da categoria de delegados, e em que solicita sejam ouvidos nesta reunião a Sra. Maria Alice Faria, Delegada Adjunta da Delegacia de Crimes contra a Mulher, e os Srs. Edson José Pereira e João Bosco Guimarães, Delegados, respectivamente Presidente e Vice-Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia de Minas Gerais - Sindepominas, e Marcos de Souza Pimenta, Delegado de Polícia de Guaxupé, para discorrerem as péssimas condições de trabalho a que estão sendo submetidos. O Presidente convida-os a tomar assento à mesa dos trabalhos e tece as considerações iniciais, na condição de autor do requerimento que suscitou o debate. O Presidente concede a palavra aos referidos Delegados para que, cada um por sua vez, faça sua exposição sobre o assunto em tela. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DO NOME DE JORGE ANDRÉ PERIQUITO PARA PRESIDENTE DA UTRAMIG, EM 6/4/2011

Às 16h11min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Celinho do Sinttrocel, Sargento Rodrigues e Neilando Pimenta, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Rômulo Veneroso e Fabiano Tolentino. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública do Sr. Jorge André Periquito, indicado para o cargo de Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - Utramig -, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Registra-se a presença dos Srs. Rodolfo Compart, Assessor Jurídico Chefe da Secretaria de Trabalho e Emprego, representando o Sr. Carlos Pimenta, titular dessa Pasta; e Jovanildo Edson Rodrigues, Vice-Presidente da Utramig. O Presidente passa a palavra ao indicado para sua explanação. Após, passa a palavra aos parlamentares, cada um por sua vez, para que formulem questões, que são respondidas pelo indicado, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência agradece a participação do Sr. Jorge André Periquito. Neste momento, retira-se o Deputado Sargento Rodrigues. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É aprovado requerimento do Deputado Neilando Pimenta em que solicita seja retirada da pauta a proposição em exame. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a se realizar amanhã, dia 7/4/2011, às 14 horas, com a finalidade de apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2011.

Rosângela Reis, Presidente - Sargento Rodrigues - Celinho do Sinttrocel.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/4/2011

Às 9h6min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo e Rogério Correia (substituindo o Deputado Paulo Lamac, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir os assassinatos de travestis ocorridos na região Centro-Sul de Belo Horizonte. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Walkiria La Roche, Diretora do Centro de Referência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado de Minas Gerais, e os Srs. Ramaís de Castro da Silveira, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Presidência da República, e Gustavo Bernardes,



Coordenador-Geral da Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT - da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Presidência da República, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Registra-se a presença da Deputada Liza Prado (substituindo o Deputado Antônio Genaro, por indicação da Liderança do BPS). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada reunião conjunta de audiência pública da Comissão e da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, para debaterem as condições de saúde do trabalhador em Minas Gerais, em comemoração ao Dia Mundial em Memória das Vítimas de Doenças e Acidentes de Trabalho. A Presidência registra a presença da Deputada Luzia Ferreira, que assume a direção dos trabalhos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DE JORGE ANDRÉ PERIQUITO PARA O CARGO DE PRESIDENTE DA UTRAMIG, EM 7/4/2011

Às 14h8min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Celinho do Sinttrocel e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o parecer pela aprovação da Indicação nº 3/2011 (relator: Deputado Sargento Rodrigues). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2011.

Rosângela Reis, Presidente - Sargento Rodrigues - Celinho do Sinttrocel.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Délio Malheiros, Bonifácio Mourão, Fred Costa, Ivair Nogueira, Neider Moreira e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/4/2011, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 438/2011, do Deputado Célio Moreira, e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2011.

Gustavo Corrêa, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Rômulo Viegas, Ulysses Gomes e Vanderlei Miranda, membros da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; os Deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Doutor Viana, Romel Anízio e Rômulo Viegas, membros da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, para a reunião de audiência pública, com convidados, a ser realizada em 14/4/2011, às 10 horas, na Fazenda Vista Alegre no Município de Nova União, com a finalidade de se debater a implantação do projeto-piloto do Programa Mineiro de Alcool, Leite e Cachaça - Promalc -, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

- O Sr. Presidente despachou, em 7/4/2011, a seguinte comunicação:
Do Deputado Bosco notificando o falecimento do Sr. Smith Gomes de Menezes, ocorrido em 6/4/2011, em Araxá. (- Ciente. Oficie-se.)

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 7/4/2011, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Eunício Oliveira, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.399/2010, da Comissão de Cultura.

Do Sr. João Ernani Antunes Costa, Superintendente de Fiscalização da Agência Nacional de Transportes Terrestres, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.621/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Rafael Torino, Diretor de Ações Educacionais do FNDE, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.020/2010, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Fernando Antonio Brito Fialho, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.984/2010, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Antônio Rogério Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Sete Lagoas, e outros Vereadores do mesmo Legislativo, pedindo o apoio desta Casa para solucionar problema relativo à interrupção de ramo da Estrada Real que liga Funilândia a Lagoa Trindade, bloqueado por proprietários de fazendas da região em 2008. (- À Comissão de Turismo.)

Do Cel. BM Sílvio Antônio de Oliveira Melo, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.959/2010, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Sebastião de Abreu Ferreira, Superintendente Regional do DNIT (substituto), prestando informações relativas ao requerimento do Deputado Inácio Franco encaminhado por meio do Ofício nº 161/2011.

Do Sr. Rômulo Martins de Freitas, Superintendente Regional da CEF, informando a liberação de recursos financeiros para a Copasa-MG. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. José Fernandes Filho, Presidente do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 6.557 e 6.804/2010, do Deputado Délio Malheiros.

Do Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social - Ceas -, dando ciência da realização da IX Conferência Estadual de Assistência Social e solicitando que esta Casa apoie o evento assumindo o encargo de receber as inscrições "on-line" dos participantes.

Do Sr. Amilton Flávio Dias de Barcelos, Vereador da Câmara Municipal de Pitangui, solicitando a intercessão desta Casa com vistas à pavimentação asfáltica do trecho Pitangui-Papagaios da BR-352, no âmbito do Programa Caminhos de Minas. (- À Comissão de Transporte.)

Do Sr. José Francisco da Silva, Superintendente de Avaliação e Qualidade da Atuação do Sistema de Defesa Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.937/2010, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Theresa Cristina Alonso de Souza, do Centro de Recuperação Resgatando Vidas, solicitando sejam destinados a essa entidade recursos orçamentários para a aquisição de um veículo utilitário. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

**MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:
de congratulações com a Arquidiocese de Belo Horizonte pelos 90 anos de sua criação (Requerimento nº 11/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com os moradores da Vila Corumbiara pelos 15 anos da ocupação que deu origem a esse núcleo urbano (Requerimento nº 231/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com o Sr. José da Costa Carvalho Neto por sua posse no cargo de Presidente da Eletrobras (Requerimento nº 234/2011, do Deputado Tiago Ulisses);



de congratulações com os Srs. Akira Miwa e Kyonglim Choi, Embaixadores do Japão e da Coreia do Sul no Brasil, respectivamente, e Tadeu José Carneiro, Diretor-Geral da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, pelo aporte de recursos em torno de US\$1.800.000.000,00 no capital dessa empresa (Requerimento nº 235/2011, do Deputado Tiago Ulisses);

de aplauso à Universidade Federal de Alfenas - Unifal-MG - pelos 97 anos de sua fundação (Requerimento nº 238/2011, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a Faculdade de Medicina da UFMG por seu centenário de fundação (Requerimento nº 245/2011, do Deputado Carlos Mosconi);

de congratulações com o Colégio Arnaldo pelos 99 anos de sua fundação (Requerimento nº 249/2011, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Governador Valadares - CDL-GV - pela posse de sua nova diretoria (Requerimento nº 251/2011, do Deputado Jayro Lessa);

de aplauso à Escola Estadual Professor Tonico Leite pelos 37 anos de sua fundação (Requerimento nº 252/2011, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Movimento de Educação de Base pelos 50 anos de sua fundação (Requerimento nº 253/2011, do Deputado Luiz Henrique);

de congratulações com o Colegiado dos Secretários Municipais de Saúde de Minas Gerais pelos 20 anos de sua fundação (Requerimento nº 256/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Palmópolis pelos 19 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 259/2011, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Sr. Ângelo José Roncalli de Freitas por sua eleição para a Presidência da Associação Mineira de Municípios (Requerimento nº 265/2011, do Deputado Inácio Franco);

de congratulações com o Sr. Virmondes Rodrigues Junior, Reitor da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, por sua atuação junto ao Ministério da Educação que culminou na aprovação da criação do câmpus dessa Universidade em Araxá (Requerimento nº 298/2011, do Deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Aparecida de Minas, no Município de Frutal, pelos 57 anos de fundação desse Distrito (Requerimento nº 306/2011, da Deputada Liza Prado);

de congratulações com o Sr. Luiz Cláudio Costa por sua posse como Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (Requerimento nº 308/2011, do Deputado Neilando Pimenta);

de aplauso ao 1º-Sgt. BM Sérgio Pereira da Silva, lotado no 1º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar, pela atuação no resgate de um cidadão que tentava suicídio em uma das vigas do Ribeirão Arrudas, nesta Capital (Requerimento nº 344/2011, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 126ª Cia PM ESP/5º BPM, nesta Capital, pela eficaz atuação na descoberta de laboratório de refino de "crack" na região do Barreiro (Requerimento nº 345/2011, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 15ª Cia PM-IND MAT, em Teófilo Otôni, pela atuação na apreensão de 104kg de maconha (Requerimento nº 346/2011, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares rodoviários lotados no 3º PEL PM-3ª Cia PM Ind e na 5ª Cia PM IND MAT-5RPM, no Município de Uberaba, pela eficaz atuação na apreensão de cerca de 300Kg de maconha próximo a Campina Verde (Requerimento nº 347/2011, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais civis que menciona, lotados no Departamento de Investigação Antidrogas-Divisão de Tóxicos e Entorpecentes-, pelo trabalho desenvolvido e pela atuação da equipe na operação Viajante, em que foram desarticuladas duas quadrilhas responsáveis pela manutenção do tráfico de cocaína e "crack" no Estado (Requerimento nº 349/2011, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados no 36º BPM, de Vespasiano, Diretoria de Inteligência 3-BH, e 25º BPM, de Sete Lagoas, pelo trabalho desenvolvido e pela atuação das equipes na prisão de integrantes de uma das quadrilhas responsáveis pela manutenção do tráfico de cocaína e maconha no Estado (Requerimento nº 350/2011, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 35ª Cia-21º BPM, de Ubá, pelo trabalho desenvolvido pela equipe na prisão de integrantes de uma das quadrilhas responsáveis pela manutenção do tráfico de maconha no Estado (Requerimento nº 351/2011, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com os Srs. José Carlos da Silva e Adriene Costa de Oliveira, do Centro Universitário do Planalto de Araxá-Uni-Araxá-; Wagner de Freitas Oliveira e José Oscar de Melo, da Fundação Cultural de Araxá; José Donald Bitterncourt Junior, da Associação Comercial e Industrial de Araxá; Fernando de Lima Pereira Ribeiro, da Câmara de Dirigentes Lojistas de Araxá; e Maria Célia de Araújo Oliveira, Secretária Municipal de Educação de Araxá, por sua eleição para o Conselho Gestor da Fundação Cultural de Araxá (Requerimento nº 355/2011, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia).



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 5/4/2011

Deputado Duílio de Castro - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar V. Exa., toda a Mesa desta Casa e os nossos companheiros Deputados que se fazem presentes.



Há duas semanas, tivemos em Belo Horizonte a visita do Presidente da Petrobras, Sergio Gabrielli. Assim, volto ao assunto das minhas considerações nesta Casa, porque iniciamos, em Belo Horizonte, um debate, há cerca de um mês e meio, sobre a perda do polo acrílico para o Estado da Bahia. Esperávamos que, com a visita do Presidente da Petrobras em Minas Gerais, pudesse se abrir uma nova negociação, uma nova perspectiva quanto ao retorno da palavra do Sr. Sergio Gabrielli, a fim de que o polo acrílico ficasse em Minas, com certeza em Ibirité. Fiquei nessa expectativa porque participei e estive com o Presidente da Petrobras, mas foi muito decepcionante. Foi frustrante a posição do Presidente, principalmente quando ele disse que infelizmente a Petrobras não poderia fazer nada, uma vez que a determinação de ir para a Bahia partia da Braskem.

Sr. Presidente, 40% da Braskem pertence à Petrobras. Existia um protocolo de intenções assinado pelo ex-Governador Aécio Neves e pelo Presidente da Petrobras, em 2005, com a previsão, com a certeza de que o polo acrílico seria implantado em Minas Gerais, com um investimento em torno de R\$240.000.000,00. Na ocasião em que o Sr. Sergio Gabrielli e muitos Diretores - uma impressionante comitiva - vieram a Minas Gerais, eles tinham a intenção de visitar a nossa bonita Belo Horizonte, a nossa querida Minas Gerais, além de gastar muito dinheiro, porque, quanto à perspectiva de cumprir o compromisso assinado em 2005, isso eles não vieram fazer. Então ficamos muito decepcionados, porque é mais um investimento, mais empregos, mais impostos e mais qualidade de vida que o governo federal está tirando de Minas Gerais.

Esse é um assunto que não devemos deixar morrer. Devemos pressionar os responsáveis. Foi dito nesta Casa que o governo não havia cumprido com o protocolo assinado em 2005, mas todos sabemos que isso é mentira. O governo Anastasia, naquele encontro com Sergio Gabrielli, colocou-se à disposição para fazer o que fosse preciso para implantar o polo acrílico no Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, é decepcionante a falta de compromisso com o povo mineiro, é decepcionante a falta de compromisso com os investimentos de Minas Gerais, que estão indo embora, de alguma maneira, por posição do governo, por posição de alguns parlamentares que também não lutaram - e não estão lutando - para que o polo acrílico venha para Minas Gerais. Agora vem o Sr. Sergio Gabrielli citar a Braskem, dizer que não é a Petrobras que está tirando. Então, o que ele veio fazer aqui? Se é a Braskem, então o que ele veio fazer aqui? Ele veio passear no Estado de Minas Gerais? Veio dar satisfação ao povo mineiro? É muito decepcionante.

Voltarei a falar um pouco - mais à frente - da falta de compromisso do governo não apenas com Minas Gerais, mas com o povo mineiro. O Presidente da Petrobras veio a este Estado. Achávamos que bancada do partido de Minas Gerais é que havia feito trabalho para trazer Sergio Gabrielli a este Estado. Ele foi muito claro em reunião realizada aqui - que para mim foi um passeio -, quando disse que se reuniu em vários Estados do Brasil, que se reuniu em vários países do mundo, levando algo de que a Petrobras está precisando, ou seja, investidores, para produzir aquilo de que precisarão. Eles sabem que, nem mesmo se juntarem todas as empresas, não só as do Brasil, mas as do mundo, não será possível produzir o que a Petrobras precisa para investimento, para exploração do pré-sal.

Ele não veio aqui para fazer gracinha, para ajudar, nem para dar satisfação ao povo mineiro. Ele veio, como ele mesmo disse, da mesma forma como foi a outros Estados e a outros países, para buscar investidores, para buscar pessoas que querem produzir aquilo que a Petrobras precisa comprar. Os fornecedores não dão conta da demanda. Foi isso que ele veio fazer em Minas Gerais. Tínhamos a expectativa de que pudesse haver negociação, que ele pudesse voltar a assumir o compromisso feito em 2005, ou seja, honrar a palavra do ex-Presidente Lula, dada por intermédio do Presidente da Petrobras à época. Esperávamos que assumisse o compromisso firmado com o povo mineiro. Fui lá com essa expectativa, mas foi decepcionante.

A Deputada Luzia Ferreira (em aparte) - Obrigada, Deputado Duilio de Castro. Quero dizer, como já havia dito anteriormente, que tudo isso tem motivação política. Bahia é a terra do Presidente Sergio Gabrielli, que é cotado como candidato a Prefeito ou a Governador. Ele descumpriu compromisso institucional, que não tem a ver com quem no momento está sendo Governador do Estado ou Presidente do Brasil ou de empresa. Era um protocolo de intenções, assinado e referendado institucionalmente. Preocupa-me essa atuação baseada em motivação política. Preocupa-me também o fato de a Braskem ser uma empresa privada. A Petrobras é uma acionista minoritária. Esse investimento estaria sendo coordenado pela Regap, que quer a Petrobras. Recursos públicos, geridos e direcionados, devem fortalecer a empresa pública. Essa é a definição, Deputada Maria Tereza Lara. Essa grande questão foi tema de muitos debates durante o processo eleitoral. Está se dando preferência a uma empresa privada, a Braskem, para essa fazer investimentos.

Preocupa-me esse veio privatizante da Petrobras, como me preocupa também, Deputado Duilio de Castro, o fato de hoje 80% dos servidores da Petrobras serem terceirizados, não serem concursados. Isso não garante a estabilidade de suas ações nem a competência técnica que o profissional concursado sempre tem. Portanto, além de Minas estar perdendo esse recurso, que aqui estaria nas mãos da própria Petrobras - uma empresa pública, de todos nós, e que representa todos os brasileiros -, esse investimento está sendo transferido para uma empresa privada, e já há denúncias reiteradas dos sindicatos de que hoje 80% do quadro de funcionários da Petrobras é terceirizado. Então fica incluída em seu debate mais essa preocupação com o futuro da Petrobras.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Duilio de Castro. Acompanhei atentamente o seu pronunciamento e quero parabenizá-lo. A sua voz se soma a de muitos na Assembleia Legislativa em defesa de Minas Gerais e dos mineiros. Já ouvimos aqui, da base que apoia o governo federal, cada aberração, alguns defendendo inclusive a ida da Fiat para Pernambuco, e nem uma voz em defesa de Minas Gerais. Tenho que ser justo: a Deputada Maria Tereza Lara levantou a voz em favor de Betim e em oposição a esse golpe contra Betim, Ibirité e Minas Gerais. A Petrobras leva o polo acrílico para a Bahia e deixa a poluição na Lagoa da Petrobras. A Lagoa tem o nome da Petrobras, mas deveríamos medir toda a corrupção que ficou naquela barragem e a contaminação que ficou naquela Lagoa que a Petrobras tem utilizado há tantos anos. Deixa em Ibirité e Betim toda aquela contaminação e leva os empregos e o dinheiro para a Bahia, para atender o Sr. Sergio Gabrielli.

Não estive presente, mas já tinha ouvido alguns relatos acerca da infelicidade do Presidente da Petrobras. Não faremos nota de repúdio a ninguém, não é do feitio de Minas Gerais fazê-lo, ao contrário da Oposição nesta Casa. Eles só pensam em Aécio Neves, o mais querido. A Oposição nesta Casa só fica pensando no mais querido. "O mais querido não cumprimentou certa pessoa, o mais querido não fez isso." Amanhã o mais querido fará um discurso da tribuna do Senado brasileiro. Ouviremos o mais querido amanhã, porque a Oposição só fala em Aécio Neves e não está vendo o seu governo retirar os empregos, as obras e as empresas de Minas



Gerais. O Deputado Miranda outro dia apresentava a situação da infraestrutura federal em Minas Gerais, caótica, Deputado Duílio de Castro, fazendo a nossa Usiminas perder empregos; mas a Oposição, que é a base do governo federal, só fala no mais querido, só fala em Aécio Neves. É a paixão deles, só falam nele. Quem será que, nesta semana, o mais querido não vai cumprimentar? É o que estão esperando para ver. Ficam só olhando o mais querido, e Minas Gerais vai perdendo tudo, porque estão levando para a Bahia e para Pernambuco. Parabéns, Deputado Duílio de Castro, pelo seu pronunciamento em defesa de Minas Gerais e dos mineiros.

O Deputado Duílio de Castro - Muito obrigado, Deputado. A decepção é maior quando, uma semana depois, vem a Presidenta ao Estado de Minas Gerais com uma espécie de compensação: o lançamento de um projeto chamado Rede Cegonha. É um projeto até bonito. Fizeram uma explanação muito bonita da Rede Cegonha: dar um suporte à criança que está nascendo; de quatro, passar a seis consultas; um trabalho, que deveria ser feito, de acompanhamento do crescimento da criança.

Mas me decepcionou muito mais ouvir da Presidenta, aqui no Estado de Minas, que treinará parteiras. Treinar parteiras?! Imagine em que mundo estamos vivendo. Queríamos ouvir da Presidenta que ela construiria mais hospitais para dar suporte às mães, que criaria mais faculdades para formarem médicos. Queríamos ouvir também que mais médicos seriam formados para trazer saúde ao povo mineiro, no entanto ela vem-nos dizer que treinará parteiras. Para dizer a verdade, decepcionei-me muito com o Presidente da Petrobras, mas a minha insatisfação foi ainda maior quando ouvi a Presidenta do Brasil, em pleno século XXI, dizer que treinará parteiras. Fico decepcionado ao perceber que, em Minas Gerais, como uma espécie de compensação, tenhamos de ouvir da Presidenta da República essa besteira tamanha.

Então, Sr. Presidente, não poderia deixar de me manifestar e expor a minha indignação e insatisfação tanto com o Presidente Sergio Gabrielli quanto com a Presidenta do Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o que me traz hoje à tribuna é a necessidade de prestar esclarecimentos à população de Minas relativamente a alguns questionamentos, que, obviamente, vêm de pessoas que não conhecem ou não quiseram se inteirar a respeito do assunto. Refiro-me à concessão onerosa de direito de uso do prédio do Ipsemg, localizado na Praça da Liberdade, aqui em Belo Horizonte, um dos locais, na minha opinião, mais bonitos que temos na nossa Capital.

Sr. Presidente, essa concessão foi feita por meio de edital, que ficou disponível durante 30 dias para consulta pública no “site” da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e também do próprio Ipsemg. Esse edital foi lançado, convidando pessoas e empresas interessadas em terem a concessão onerosa do imóvel pelos próximos 35 anos. Obviamente o Estado reconhece que Belo Horizonte tem hoje um grande problema, ao visar a Copa do Mundo de 2014. Acho que todos nós belo-horizontinos queremos receber bem os turistas da Copa do Mundo de 2014 e, quem sabe, até abrir esse evento. Temos uma carência muito grande de hotéis de primeira linha, os chamados hotéis cinco estrelas, em Belo Horizonte e no Estado de Minas Gerais. Então, o Estado, muito sensível a essa questão, lançou mão desse edital de concessão onerosa daquele imóvel, que ficou à disposição de todos os “sites” e até mesmo foi disponibilizado em jornais de grande circulação no País, por mais de 30 dias. Durante o período em que estive à disposição, 62 pessoas retiraram o edital por meio da internet.

Depois de retirado o edital, que ficou publicado por mais tempo do que deveria, houve nove pedidos de esclarecimentos de pessoas físicas e jurídicas, pois queriam saber mais detalhes do documento. Tive oportunidade de estar no prédio do Ipsemg por dezenas, centenas de vezes nos últimos anos, e vi que se encontra em situação muito ruim. É um prédio muito bonito, muito grande, mas está bastante velho, com pouca manutenção e diversos problemas decorrentes dos vários anos de utilização. Mesmo assim, depois de passado o prazo de lançamento do edital e de consultas, por um acordo entre o Secretário de Desenvolvimento Econômico e o Presidente do Ipsemg, a abertura dos envelopes das propostas, que estava marcada para o dia 19/1/2011, foi adiada para o dia 29 de fevereiro, porque se tratava de início de ano e de governo. Geralmente, quando o ano se inicia, há problemas para se conseguir documentação. Então, por acordo entre as duas partes, ou seja, o Secretário de Desenvolvimento Econômico e o Presidente do Ipsemg, postergou-se o prazo para o dia 15 de março, dia em que ocorreu a abertura das propostas.

Na ocasião, foi apresentada apenas uma proposta ao Estado para o prédio, feita pelo concorrente Consórcio JHSF-Fasano BH. Como o consórcio cumpriu todas as exigências da licitação, foi declarado vencedor da concessão. Antes de passar a tratar da fase mais importante do edital, ou seja, a do objeto e do que foi proposto a essa concessão onerosa pela empresa vencedora, concederei aparte ao Deputado Bonifácio Mourão e, em seguida, ao Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Gustavo Valadares, agradecemos a oportunidade e percebemos que V. Exa. está esclarecendo um caso que, na visão da Oposição, é nebuloso. V. Exa. o está clareando bem, e é importante que se clareie isso. Não conheço ninguém do Grupo Fasano, mas V. Exa. está demonstrando que a licitação foi feita nos termos legais: apareceram 62 interessados, e somente esse grupo concorreu e ganhou a licitação; não houve nenhum recurso, e o prazo já se esgotou, ou seja, o que foi exigido na lei foi cumprido. No entanto, dizem que o aluguel e o preço eram muito baixos. Gostaria apenas de lembrar que o aluguel, conforme se tem dito por aí, não é de R\$15.000,00 por mês. Na verdade, há um item no contrato que diz que são R\$46.000,00 trimestrais.

Deputado Gustavo Valadares, Sr. Presidente, é preciso lembrar que o Grupo Fasano, que foi o vencedor, aplicará R\$46.000.000,00 em reforma, ampliação, readequação e equipamentos do prédio para que se transforme em hotel cinco estrelas e para que funcione nesse padrão durante 35 anos. Existe um valor de R\$185.000,00 a ser recolhido pelo grupo anualmente. Se somarmos R\$46.000.000,00, R\$185.000,00 anuais, mais R\$46.000,00 trimestrais e dividirmos por todo o tempo - já fiz essa divisão, Deputado Gustavo Valadares -, chegaremos à média de R\$130.000,00 mensais. Além disso, ao final dos 35 anos, a empresa terá que entregar ao Estado o prédio remodelado no padrão de hotel cinco estrelas, ou seja, em perfeito estado de conservação.

Essas coisas precisam ser esclarecidas: a licitação foi legal, seguiu todas as exigências da lei federal que disciplina a matéria, o negócio foi feito com muita clareza, o aluguel não é o que se divulga por aí, e o investimento do hotel é grande. Ou seja, tudo foi feito com muita clareza. Deputado Gustavo Valadares, será que queriam que o Ipsemg ficasse fechado, caindo aos pedaços, ou que o próprio Ipsemg reformasse seu prédio e o alugasse, o que não é negócio do Estado?



Então, a meu ver, V. Exa. tem razão. O que queríamos era apenas completar com algumas informações. Obrigado pelo aparte.

O Deputado Gustavo Valadares* - Deputado Antônio Júlio, antes de conceder-lhe aparte, quero completar o que disse o Deputado Bonifácio Mourão. Quanto aos investimentos que serão feitos daqui até 30 meses... ou melhor, serão feitos em menos tempo, pois, quanto mais rápido essa empresa vencedora da concessão onerosa começar a utilizar o prédio como hotel, mais rápido faturará. Daqui até 30 meses, ela investirá os R\$46.000.000,00, fora o que pagará de aluguel trimestral ao Estado - no caso, ao Ipsemg. E, mais do que isso, após 35 anos de uso, esse hotel - que estará renovado como se fosse novo, pois a empresa precisa mantê-lo como de primeira linha para continuar recebendo hóspedes e o título de hotel cinco estrelas - retornará ao patrimônio do Ipsemg, valendo mais do que R\$174.000.000,00. Muitos poderão dizer que o prédio já podia ser alugado agora por um valor maior. Na verdade, esse valor foi calculado para passar o prédio como está a qualquer locador. Faço aqui um desafio. Quem teria coragem de alugá-lo da maneira como está pelos próximos 35 anos, tendo ainda de retirar dinheiro do bolso para fazer a reforma ou mesmo se o Estado quisesse reformá-lo? Na verdade, foi o melhor dos melhores negócios do governo do Estado, assim como para o Ipsemg e a população de Belo Horizonte, que passará a ter um hotel de primeira linha para receber as pessoas que requerem esse tipo de serviço na nossa Capital.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte) - Deputado Gustavo Valadares, V. Exa. tem toda a razão ao fazer essa análise, que tivemos a oportunidade de acompanhar no Ipsemg. Desloquei-me até lá quando o nosso requerimento de pedido de informação foi rejeitado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Agora, ficaram alguns aspectos obscuros que merecem ser esclarecidos até pelo próprio Ipsemg, como, por exemplo, por que se modificou a forma da licitação e essa notificação só foi feita no dia 24 de dezembro?

O Deputado Gustavo Valadares - Qual notificação?

O Deputado Antônio Júlio (em aparte) - A de que poderia haver consórcios para participar do processo. Portanto, alguns aspectos ficaram obscuros. A avaliação interna do Ipsemg era de R\$200.000,00. Depois veio uma ordem da Secretaria de que deveria ser de R\$160.000,00 e não menos do que R\$40.000,00. O grupo vencedor surgiu com uma proposta de R\$46.000,00 trimestrais. Ocorreram algumas falhas que nos dão a entender que houve encaminhamento para...

Deputado Gustavo Valadares, eu disse isso com muita clareza. Precisamos ter muita tranquilidade. Concordo quando V. Exa. diz que o hotel é necessário e que Minas tem de investir. Por estes dias, a Deputada Luzia Ferreira disse que sou anti-Copa. Acredito que ela não me conheça, pois sou um homem que joga para a frente e gosta de desenvolvimento e crescimento. No entanto, sou questionador, principalmente das coisas públicas. A questão que levantei é a de que poderiam ter sido esclarecidas essas datas que foram modificadas para que apenas um participasse do certame. Essa é a discussão que queria promover. Está certo que é preciso entregar para um grupo, mesmo, e que será um hotel.

Há um outro aspecto obscuro. A própria Prefeitura facilitou para que essa empresa vencedora do certame construa uma torre atrás do prédio do Ipsemg, que é tombado pelo Patrimônio Histórico; portanto, não pode haver modificação na sua fachada. Então, construirão um outro prédio atrás dele. Não sei se a maioria dos Deputados sabe disso. O aluguel ficou altamente irrisório, pois o Estado está fazendo a cessão onerosa por meio de pagamentos mensais de R\$15.000,00 - por uma área de 3.800m, com 12.000m de área construída em plena Praça da Liberdade.

Essas questões precisam ser mais bem esclarecidas, porque houve mudanças e realmente foram 60 pessoas, cujos nomes ninguém sabe. O Ipsemg contava que seriam quatro concorrentes, mas, no final, ficou apenas uma. Então, Deputado Gustavo Valadares, essas dúvidas precisam ser esclarecidas. Suas palavras da tribuna estão corretas, realmente aconteceu isso, mas V. Exa. não mencionou as mudanças ocorridas no edital nem as datas das mudanças - inclusive a publicação do dia 24 de dezembro, em somente um jornal de Belo Horizonte.

O Deputado Gustavo Valadares* - Antes de conceder aparte ao Deputado Zé Maia, vou responder ao Deputado Antônio Júlio, pois tenho os dados aqui. O edital foi lançado no dia 20/11/2010 e ficou disponível até o dia 14/3/2011. Mesmo que tenha havido modificação no edital - o que pode ter ocorrido, em dezembro -, ele ainda ficou disponível para consulta nos meses de janeiro, fevereiro e em metade do mês de março. Durante todo esse tempo, depois da modificação que houve em dezembro - se é que houve, porque eu não tenho certeza, mas estou confiando na palavra de V. Exa, em quem confio -, houve nove pedidos de esclarecimentos a respeito do edital, por pessoas físicas e jurídicas.

Outra questão é o valor do aluguel do imóvel. Foi feita uma perícia e chegou-se ao valor de aluguel de R\$208.000,00. Quem alugaria aquele imóvel do Estado por esse valor, sem que o Estado mexesse em nada? E V. Exa. conhece lá tão bem quanto eu, se não melhor, e sabe que o prédio está caindo aos pedaços, apesar de estar tombado. Mesmo com tombamento, o que é ainda pior, porque, na prática, falando com bastante objetividade, quando o imóvel está tombado, ele dá é mais dor de cabeça para quem está assumindo.

Deputado, a desvalorização é de 50%. Concordo com V. Exa.

O Deputado Gustavo Valadares* - Há a desvalorização e é difícil até para reformar. O piso do prédio é de taco e há número de patrimônio em cada um dos tacos. Terão de tirar, remodelar e voltar com os tacos para o chão do prédio. Então, foi um negócio da China para o governo do Estado e para o Ipsemg.

Sr. Presidente, como o som ficou fora do ar por alguns minutos, vou solicitar alguns minutos de tolerância.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Deputado Gustavo Valadares, serei breve. Quero cumprimentar V. Exa. pelos esclarecimentos.

Deputado Gustavo Valadares, há nesta Casa, no processo político, o embate da Situação, da Oposição, mas o que nos preocupa, neste momento, é que acima desse embate, do debate entre governo e Oposição, estão os interesses do povo mineiro, de Minas Gerais. Preocupa-me quando o debate é meramente para se opor, para fazer oposição sem um objetivo claro de ajudar Minas Gerais. Preocupa-me, sim, pois é um grupo de reconhecida competência na área, que se propõe a fazer um hotel cinco estrelas em Minas Gerais, que se dispõe a aplicar R\$46.000.000,00 no nosso Estado, e há esse debate extremamente vazio, apresentado aqui por parte da Oposição. Preocupa-me, Deputado. Se eu tivesse R\$46.000.000,00, Deputado Gustavo Valadares, para investir em Minas Gerais, e houvesse um debate desse nível, certamente eu procuraria um Estado que me abraçasse, que fosse atrás de mim e me tratasse bem, para assim eu aplicar os milhões de reais, se eu tivesse faturamento. Portanto, é importante o esclarecimento de V. Exa., alertando que essa discussão pode afugentar investidores de Minas Gerais. É extremamente prejudicial para Minas e para o povo mineiro quando o



debate é meramente de questões políticas e eleitoreiras do futuro. Cumprimento V. Exa. pelos esclarecimentos apresentados na tarde de hoje. Muito obrigado.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Quero parabenizar V. Exa. pelos esclarecimentos apresentados à população de Minas Gerais. Várias questões foram apresentadas. Hoje Belo Horizonte trabalha para que hotéis sejam construídos. Há um grande esforço por parte de Belo Horizonte e de várias agências financiadoras para que hotéis sejam construídos na Capital, por motivo das Copas das Confederações.

Recebemos uma notícia muito boa. A Fifa reconheceu que Belo Horizonte e Minas Gerais têm condições de ser uma das sedes da Copa das Confederações. Enquanto Municípios de outros Estados ainda não têm condições de receber esses jogos, Belo Horizonte está pronta, em função do Mineirão e do Independência. A Prefeitura de Belo Horizonte está fazendo esforço e concedendo direitos. E aí a Deputada Luzia Ferreira, quando era Presidente da Câmara, tratou dessa questão e pôde nos explicar o que Belo Horizonte ofereceu para a construção dos hotéis, que são necessários para atender àqueles que visitarão Belo Horizonte durante a Copa das Confederações e a Copa do Mundo. A Capital também será a subsele das Olimpíadas e Paraolimpíadas, portanto ela tem de oferecer hotéis para nossos visitantes.

Parabéns, Deputado Gustavo Valadares, pelo pronunciamento. V. Exa. esclareceu bem essa questão.

O Deputado Gustavo Valadares* - Para terminar, Sr. Presidente, quero parabenizar o governo do Estado pela excepcional escolha, pela sensibilidade em receber um investimento e vislumbrar que ele seria importante para Minas e para Belo Horizonte. Quero dizer que a luta pela abertura da Copa não acabou. Minas continua na briga. Com a vinda desse hotel cinco estrelas e de outros, ainda continuaremos na briga, até porque o próprio governo federal reconhece - e a Fifa também - que Minas é o Estado que está cumprindo em dia o cronograma da Federação Internacional de Futebol, cujas obras têm em vista a Copa do Mundo. Parabéns também os belo-horizontinos, que hoje estão ganhando um hotel cinco estrelas da envergadura do Hotel Fasano.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Mas isso precisa ser mais bem explicado. Só isso.

O Deputado Gustavo Valadares* - Estou à disposição de V. Exa. para conversarmos agora, ao pé do ouvido ou em público, onde quiser. Tenho todas as informações possíveis para responder aos seus questionamentos. Obrigado, Presidente!

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público, companheiros de Minas Gerais que nos acompanham pela TV Assembleia. Um dos motivos que me trazem a esta tribuna é a necessidade de fazer um questionamento. Ao receber hoje o boletim da Ordem do Dia, pude ver que o Projeto de Lei nº 4/2011, do Governador do Estado, que extingue a pensão vitalícia instituída pela Lei nº 1.654, de 26/9/57, está em fase de discussão, em 1º turno. Sr. Presidente, o que estranho é que essa proposição é de minha autoria. Protocoliei-a nesta Casa em 2 de fevereiro. E no dia 8 de fevereiro chegou uma proposição idêntica, assinada pelo Governador do Estado, que se sobrepôs à minha. Não podemos admitir isso. O meu projeto atende todos os requisitos: foi protocolado primeiro, não possui vício e não traz impacto financeiro para o Estado. Pelo contrário, desonera-o. Fiquei, de certa forma, desapontado, pois deveria ter ocorrido o contrário. O projeto do Governador deveria ter sido anexado ao meu, e não o meu projeto ter sido anexado ao dele. Não estou entendendo. Será que o Governador não pode admitir que esse projeto seja de autoria de um Deputado de Oposição?

Gostaria de fazer um apelo à Mesa, a V. Exa.: que esta Casa corrija esse erro. Pode ter havido também algum engano da assessoria, por isso peço que o erro seja corrigido e que me seja devolvida a autoria desse projeto. É o mínimo. Como parlamentar e membro da Mesa, gostaria que a Mesa analisasse este meu pedido para que essa injustiça fosse corrigida.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Paulo Guedes, também queria reiterar o seu apelo. Esse projeto, como V. Exa. bem disse, foi, por três vezes consecutivas e antes de o Governador enviá-lo à Assembleia Legislativa, de autoria de Deputados do PT, mais especificamente da Deputada Maria José Haueisen. No entanto, o projeto foi arquivado também por três vezes consecutivas, pois sempre teve objeção nesta Casa da base do governo. A última foi no governo do Sr. Aécio Neves. Também houve arquivamento do projeto da Deputada Maria José Haueisen. Em suma, o PT sempre teve iniciativa de apresentação, mas a objeção vem da base dos governos, em especial dos governos do PSDB.

O Governador, agora movido por pressão popular, por um assunto que se transformou em assunto nacional, resolveu por bem remeter um projeto de lei idêntico ao que já havíamos apresentado em outras legislaturas. Aliás, quero parabenizar o Governador Anastasia por isso. Porém, não acho correto que, por ser autoria do governo, passe na frente. Sei que o governo está acostumado a fazer isso com o que vem do governo federal. Os projetos aqui mudam de nome, ganham outra feição e aquilo que é iniciativa do governo federal acaba ficando como se fosse da conta do governo do Estado. Mas isso não pode acontecer dentro desta Casa Legislativa.

Principalmente sendo V. Exa. membro da Mesa desta Casa, creio que a afronta seja muito grande. V. Exa. apresentou o projeto, portanto não pode outro entrar na frente da autoria. Isso não pode acontecer, sob pena de virar rotina e acabarmos entrando numa luta para ver de quem é a autoria do projeto em questão dentro desta Casa. Sendo assim, solicito à Mesa e ao Presidente que verifiquem de quem foi o erro nesse caso, principalmente que voltem atrás e coloquem o projeto como de autoria do Deputado Paulo Guedes, que foi o primeiro. Assim reza o Regimento, que deveria e deve ser respeitado.

Aproveito a oportunidade para dizer que realmente as explicações do Deputado Gustavo Valadares, apesar do esforço que fez, não estão, para nós, de todo esclarecidas. No que diz respeito ao hotel do Ipsemg, o Deputado Antônio Júlio tem feito vasto e amplo estudo sobre isso, e não me julguei esclarecido de forma alguma. Como também não julgo esclarecido, por exemplo, por que, depois de 60 empresas procurarem informações, no final das contas, apenas uma apresentar a proposta que foi aprovada. Por que isso não foi feito a não ser em um jornal que, ao contrário do início, não teve a publicação e o alarde que teve antes?

Parece que isso está com cheiro de licitação arrumada; por isso merece, Deputado Antônio Júlio, uma CPI. Já estamos com duas. Aliás, não sei o que aconteceu com a CPI requisitada pelo Deputado Délio Malheiros. Pelo que consta, tinha 38 assinaturas, mas a CPI ainda não foi formada. Já estou querendo indicar os membros do Bloco Minas sem Censura que participarão dessa CPI. Gostaria também de informações sobre a quantas anda a CPI dos radares. Peço ainda aos demais Deputados que assinem para que as questões



levantadas pelo Deputado Antônio Júlio, do Bloco Minas sem Censura, não fiquem sem resposta. Aliás, o Presidente do PSDB falou à imprensa que nada ficará sem resposta.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, esperamos realmente que a Mesa se posicione a respeito desse assunto.

Tenho acompanhado as declarações recentes do ex-Governador e Senador Aécio Neves pela imprensa, e outro assunto que me traz à tribuna e que me chamou muito a atenção foi sua última declaração, que aconteceu no final de semana. Na manchete do jornal "Estado de Minas" está escrito: "Aécio sobe o tom das críticas da Oposição. Senador mineiro afirma em encontro de Governadores do PSDB, em BH, que chegou o momento de o partido agir com firmeza". Mais adiante, ele diz: "Chegou a hora de o partido agir com firmeza e mostrar contradições entre o 'Brasil apresentado cor de rosa na campanha' e o 'Brasil real'. O Senador, que assumiu a postura de líder da Oposição, começou falando da criação de mais um ministério pela Presidente petista, o que chamou de 'escárnio' com a população brasileira e prometeu um pronunciamento contundente para a próxima semana."

Deputado Rogério Correia, estou ansioso para ouvir o pronunciamento do Senador Aécio Neves porque, quando ele fala que a criação do Ministério das Pequenas Empresas é um escárnio, se esquece do que fez em Minas Gerais. A Presidente Dilma pelo menos teve a hombridade de respeitar o Congresso enviando a ele o projeto de lei para discutir se era viável ou não a criação desse Ministério. Mas, em Minas, a postura do Aécio, que fala uma coisa aqui e outra para a imprensa, é totalmente diferente. Com as leis delegadas, eles criaram seis secretarias: Secretaria de Casa Civil e Relações Institucionais, Secretaria de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas, Secretaria de Trabalho e Emprego, Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo, Secretaria Extraordinária de Gestão Metropolitana e Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária. Foram criados vários cargos: seis cargos de Secretário Adjunto e vários de assessoria. Foi criado também o Escritório de Prioridades Estratégicas em Belo Horizonte. Ao todo, foram 2.644 cargos criados pelas leis delegadas somente agora. Deputado Rogério Correia, sabe quantos cargos são, se considerarmos os que foram criados ao longo dos oito anos de seu mandato por meio das leis delegadas? São 7.430 cargos. Isso, sim, é que é um escárnio, um absurdo, um desrespeito ao Parlamento. Não podemos admitir tal coisa.

Deputado Bonifácio Mourão, é por isso que estou ansioso para ouvir o pronunciamento do Senador. Aliás, Deputado Rogério, vou me especializar em ouvir os discursos do Aécio porque, ultimamente e desde que aqui cheguei, ouvi de alguns Deputados do PSDB que a cabeça pensante do governo era o Anastasia, o Danilo, os líderes desta Casa. Eu pensava que o grande líder, o grande pensador fosse o Aécio, mas, desde que ele saiu daqui, foi a Brasília e ficou sem as pessoas que ficavam por trás. Toda vez que abre a boca fala besteira, Deputado Antônio Júlio. Ele falou besteira quando atacou a Presidente Dilma na votação do salário mínimo. Disse que a Presidente estava sendo truculenta ao exigir que a base aliada votasse esse projeto.

E logo de quem essa declaração à imprensa veio? Do Aécio, do rei, do criador das leis delegadas, de um Governador que nunca respeitou esta Casa e que nunca aceitou que aqui se instalassem CPIs para investigar nada.

É preciso que o Brasil saiba como o Aécio fala e como age. Deputado Antônio Júlio e Deputado João Leite, há uma diferença tremenda!

Deputado Rogério Correia, quero ainda discordar do Deputado João Leite, pois, sempre que usa a tribuna, ataca o governo federal por falta de investimentos em Minas Gerais. Gostaria de refrescar a memória do Deputado com relação aos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso, do seu partido. Que belo tratamento ele deu a Minas Gerais!

Foram oito anos tratando esse Estado a pão e água. Não sei o que levou o Itamar a se reconciliar com esse pessoal, porque passou maus bocados aqui. Foram oito anos sem investimento, foram oito anos com estradas abandonadas, foram oito anos sem investimento na saúde, sem recursos para os programas sociais, sem nenhum recurso para saneamento básico, sem investimento na educação, sem ProUni, sem Pronaf, sem nada. Esse Estado ficou a pão e água. Hoje, sim, temos mais de R\$7.000.000.000,00 investidos no Estado para recuperação de rodovias, construção de estradas e para a agricultura familiar. Temos recursos inclusive para sustentar a Secretaria Extraordinária do Norte de Minas, com o programa Leite pela Vida. Não havia absolutamente nada naquela época. É importante deixar essas questões claras.

Vou conceder o aparte ao Deputado Gustavo Valadares, porque gosto do embate e da democracia. Gostaria que o Sr. Presidente concedesse o mesmo tempo que concedeu a V. Exa.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Sr. Presidente com a boa vontade do Deputado Paulo Guedes, tenho apenas o prazer de dizer que estou recusando o aparte. Mas gostaria de deixar claro que todas as vezes em que V. Exa. pedir-me aparte pelos próximos quatro anos não receberá. V. Exa. não teve a dignidade de, em 15 minutos, sequer ouvir, por 1 minuto, uma posição diferente da sua. Portanto, V. Exa. não me peça pelos próximos quatro anos nenhum aparte porque não receberá, pois não sabe debater com democracia. V. Exa. não sabe o que é democracia. Todos os outros 22 parlamentares da Oposição que me pedirem terão o aparte concedido, mas V. Exa. não. Aprenda a tratar os seus colegas com democracia.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho dois minutos para me expressar e queria, com muito respeito, refutar com dados o que o Deputado Paulo Guedes disse. O Deputado não estava aqui e não acompanhou quando foi iniciada pelo Presidente Itamar Franco e terminada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso a duplicação da Rodovia Fernão Dias, de Belo Horizonte a São Paulo, aproximadamente 600km. Depois, houve a maior obra de saneamento da história da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Deputado Paulo Guedes, nasci na região de um dos afluentes do Arrudas, o Rio Tijucu. As pessoas foram retiradas de toda aquela região, e uma grande obra de saneamento foi realizada. Na região da Pampulha, nas Avenidas Atlântida e Sarandi, também foi realizada uma grande obra de saneamento nos governos de Fernando Henrique e Eduardo Azeredo. Estive na inauguração de diversas estações do metrô. Estive também na desapropriação, na feitura e na abertura das estações do Calafate até o Barreiro. Foi totalmente abandonado, Deputado Paulo Guedes, pelo ex-Presidente Lula. Estou dando um tempo à Presidente Dilma para ver se ela aumentará a linha do metrô em pelo menos um metro. O ex-Presidente Itamar Franco fez, e o ex-Presidente Fernando Henrique fez muito. Estive na inauguração. A José Cândido da Silveira foi quando o Presidente era Itamar Franco. Depois estive nas estações do Minas Shopping, São Gabriel, 1º de Maio, Waldomiro Lobo, Floramar... Estou chegando na estação Vilarinho, onde também estive. O Presidente da



CBTU era Ziza Valadares quando houve a inauguração. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso fez muito, e o ex-Presidente Lula não chegou nem perto. Vejam as estradas de Minas Gerais. Tenho muita coisa para falar, Sr. Presidente, mas infelizmente não tenho tempo para expor tudo. Entretanto, gostaria de chamar a atenção sobre essa coisa permanente em relação ao Senador Aécio Neves. Deem sossego para o homem trabalhar lá, gente. O tempo todo estão falando do mais querido, do Aécio Neves. Ele já está em Brasília, gente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado André Quintão. V. Exa. dispõe de 60 minutos, digo, 10 minutos.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, é importante a indicação do Dr. Antônio Abrahão Caram Filho para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG. Tive a honra, Sr. Presidente, de integrar a comissão especial que analisou essa indicação. Queria fazer alguns comentários, até reprisando comentários feitos naquela comissão especial. Sabemos de toda a trajetória profissional do Dr. Antônio Abrahão Caram Filho, até mesmo em sua carreira como servidor, como agente em defesa do Estado, como pessoa que já passou por vários órgãos públicos e que tem currículo necessário para ocupar cargo dessa natureza. Apesar de a agência reguladora ter certo nível de autonomia, a indicação cabe ao Governador, que é democraticamente eleito. Assim ele faz sua escolha e, salvo questão de natureza moral ou ética ou de qualquer tipo de impedimento, dada a natureza da formação do candidato ou inaptidão para o cargo, a tendência desta Casa é aprovar a indicação. No entanto, colocaremos algumas questões.

Fiz questão de me inscrever para discutir essa indicação em função do próprio papel da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário. Levantarei aqui três questões, e é bom porque a nossa querida imprensa de Minas Gerais está presente e a TV Assembleia está transmitindo a reunião ao vivo, Deputado Rogério Correia. São três questões que levantei na comissão especial, que considero da mais alta importância e gostaria da atenção dos Srs. Deputados. Aprovamos nesta Casa a criação de uma subsidiária da Copasa, chamada Copanor. A Copanor foi criada com o objetivo específico de melhorar o atendimento de água, esgoto e saneamento no semiárido mineiro, com o argumento de que uma instituição mais enxuta, atuando territorialmente, com possibilidade de incorporação de quadro pessoal a um custo menor e com tecnologias mais adequadas à região poderia ser capaz de, com mais eficiência, atender ao semiárido mineiro. Respeitando quem está e esteve na Copanor, até porque acredito que a questão é estrutural e não de pessoas que estão ou estiveram lá, gostaria que todos fizessem uma avaliação da atuação da Copanor no semiárido mineiro, inclusive a Agência Reguladora, que tem esse papel.

Falarei e repetirei uma questão que levei diretamente ao Governador Anastasia e que pouca gente sabe. Pasmem, Srs. Deputados, a Copanor não atende comunidade com até 200 habitantes no semiárido mineiro. Se há uma pequena comunidade, um pequeno Distrito - o que é muito comum no Mucuri, no Jequitinhonha e no Norte -, com até 200 pessoas, a Copanor não providencia o serviço de abastecimento de água e esgoto. Isso não estava na lei aprovada nesta Assembleia, foi instituído por uma portaria interna da Copanor. Quando aprovamos a criação da Copanor, havia um limite máximo de 5 mil pessoas por comunidade, ou por cidade. Acho até que a concepção da Copanor era para priorizar Municípios com até 5 mil habitantes, e não importava se lá haveria comunidades com 10, 50, 70 ou 100 habitantes. Será que a pessoa, por morar numa localidade, Deputado Gustavo Valadares, que é da região, não tem direito a tomar água tratada? Tem de separar barro da água e ferver a água, como em Francisco Badaró, que conheço bem, pois estive lá. Estou falando de uma realidade que conheço, como disse ao Governador. Quem inventou essa história de que a Copanor não pode atender até 200 habitantes? Queria que viesse à Assembleia para justificar.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Posso responder a V. Exa.?

O Deputado André Quintão* - Se V. Exa. tem o nome da pessoa insensível que tomou essa decisão, gostaria que se pronunciasse.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - De bate-pronto. V. Exa. levanta uma bola, e quero agradecer. Primeiro porque o caso da Copanor é inédito no Brasil. Uma empresa pública que presta serviço a comunidades de 250 habitantes...

O Deputado André Quintão* - De 200 habitantes a 5 mil. Se a pessoa mora num lugar com menos de 200 habitantes, morre de sede.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Calma, pois chegarei lá. V. Exa. ficará numa situação complicada, mas vou dizer, apesar da nossa amizade e da nossa relação.

Então, de 200 a 5 mil habitantes, a Copanor faz investimento a fundo perdido, não cobra absolutamente nada da comunidade ou do Município do qual faz parte a comunidade. Todo valor está sendo investido pela Copasa e pelo governo do Estado. Está certo?

O Deputado André Quintão* - Não está certo. A pessoa paga a conta, aliás, vou responder-lhe de bate-pronto, Deputado Gustavo Valadares.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Não é isso, Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - A conta da Copanor, no ano passado, teve um reajuste igual ao da Copasa. Há planilha.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - O investimento para se colocar água tratada e esgoto numa comunidade de 200 a 5 mil pessoas, obviamente, se for colocado no papel, V. Exa. saberá, é deficitário. Sei que V. Exa. concorda comigo que é um serviço deficitário.

O Deputado André Quintão* - Está se referindo à Copanor? A Copasa não. Ela está investindo no mundo inteiro.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Para a Copasa, de 200 a 5 mil habitantes, para se fazer o tratamento, o investimento é deficitário. Todos sabem disso. Em qualquer empresa pública que faz tratamento de água e esgoto numa comunidade de 200 habitantes, a conta não fecha, vai ficar sempre no prejuízo. Então a Copasa e o governo do Estado resolveram por bem criar a Copanor para resolver esse problema, fazendo investimento a fundo perdido, ou seja, o que é investido não é cobrado. Passa-se a cobrar uma tarifa que não é a mesma praticada pela Copasa, uma tarifa bem menor. V. Exa. sabe que é uma tarifa muito menor que a cobrada pela Copasa nos Municípios onde atua e tem concessão. Agora, nas comunidades com menos de 200 habitantes, é papel e obrigação do governo federal, da Funasa. Veja aonde tenho de chegar. Deixarei V. Exa. numa saia justa danada, mas vou ter de falar. Meu coração está até apertado. A Funasa, que até o governo Fernando Henrique funcionava excepcionalmente bem, pois era composta de técnicos, fazia investimentos em comunidades com menos de 200, 300, 400 habitantes, levando-lhes tratamento de água e de esgoto. Depois que o partido de V. Exa. assumiu o governo federal, a Funasa parou, está congelada.



Então, Deputado André Quintão, não transmita essa mensagem, que não é verdadeira, à população de Minas de que é obrigação da Copasa tratar a água. Porque é da Funasa, que está parada.

O Deputado André Quintão* - V. Exa. está redondamente enganado. Esse bate-pronto de V. Exa. está parecendo o Ricardo Bueno, bola fora.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Não, dá para fazer um golaço. A Copanor foi um golaço que o governo do Estado fez, um presente que deu às comunidades de 200 a 5 mil habitantes.

O Deputado André Quintão* - Um presente de grego.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Se a Funasa não puder cuidar pelo menos de zero a 199 habitantes, estamos perdidos.

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - O tempo de V. Exa. está esgotado, Deputado Gustavo Valadares.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Peça perdão a V. Exa., Deputado André Quintão, por ter tomado todo o seu tempo.

O Deputado André Quintão* - Não, tenho 60 minutos, nobre Deputado.

O Sr. Presidente - São 10 minutos, Deputado, por gentileza.

O Deputado André Quintão* - A informação que tive era de 60 minutos.

O Sr. Presidente - Retificamos a informação, Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Então pediria o tempo que o Deputado Gustavo Valadares usou.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Pediria também, Sr. Presidente, 5 minutos para o Deputado André Quintão concluir.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado André Quintão, para encerrar, por 2 minutos.

O Deputado André Quintão* - Levantarei aqui três questões. A primeira, Deputado Gustavo Valadares, é que incluímos no PPAG para este ano, com a aprovação do governo estadual, uma ação de atendimento para comunidades de até 200 habitantes, pois o próprio governo reconheceu que isso fugia à missão, àquilo que inspirou a criação da Copanor. Não falei, em nenhum momento, de atuação geral da Copanor, que ainda fica a desejar. Ela não atende, e tem de atender. Depois V. Exa. pode certificar-se disso.

Uma outra questão que a agência deveria verificar é que a Copasa está cobrando antecipadamente, em alguns Municípios, taxas relacionadas a serviços que ainda não foram implementados.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Copasa ou Copanor?

O Deputado André Quintão* - Copasa. Recebi uma denúncia da cidade de São Sebastião do Paraíso, do Vereador José Luiz, de que lá teremos uma estação de tratamento, inclusive financiada pelo governo federal, e que a Copasa está cobrando do usuário. Não está tratando de esgoto, mas está cobrando. Quero deixar claro o que foi externado, no dia da comissão especial, para o Dr. Antônio Abrahão. Primeiro, verificar a atuação da Copanor, do porquê de, em locais com até 200 habitantes, a pessoa não ter direito a água e esgoto; segundo, por que, em alguns Municípios, a Copasa está cobrando a tarifa antecipadamente; e, terceiro, o reajuste da Copanor no ano passado, Deputado Gustavo Valadares, a explicação do porquê de o reajuste ter sido do mesmo nível do da Copasa. Como para este ano o reajuste da Copasa já foi definido, perguntei ao Dr. Antônio Abrahão: e a Copanor? E ele respondeu: "Neste ano faremos uma coisa séria, vamos averiguar e verificar tudo".

Sr. Presidente, queria dizer que, quanto à pessoa do Dr. Antônio Abrahão Caram Filho, repetirei o voto que dei na comissão, ou seja, votarei favoravelmente à sua indicação. O que estou colocando aqui é que a agência tem responsabilidades. Deputado Gustavo Valadares, para mim essa é uma questão de honra. Não me sinto bem, não coloco a cabeça no travesseiro em paz sabendo que somos Deputados e há pessoas em Minas Gerais que não têm água tratada para beber. O Deputado Luiz Henrique é da região, é combativo e sabe disso: vamos a comunidades em que as pessoas não têm água para beber. Em Minas temos a Copasa, que investe com lucros exorbitantes. Por que ela não pode aportar uma estrutura maior na Copanor para que essa cumpra seu papel? Vida humana não tem valor de moeda, se o negócio é deficitário ou lucrativo. É obrigação do poder público preservar a vida humana. Infelizmente, não são 60 minutos! O povo de Minas Gerais deve nos ajudar a cobrar das companhias de saneamento, no mínimo, uma coisa básica: água, fonte de vida. Quanto à indicação, nosso voto é favorável.

Sr. Presidente, gostaria de concluir neste minuto final, pois V. Exa., com certeza, concederá aparte ao Deputado Gustavo Valadares. Queria dizer, Deputado Gustavo Valadares, que não estou criticando ninguém. Acho que o problema da Copanor é de estrutura. O Governador Anastasia me disse: "Deputado, a Copanor tem que desenvolver tecnologias apropriadas para esse tipo de situação". Isso não faz sentido, pois aprovamos nesta Casa uma lei que não citava que até 200 habitantes a Copanor deixaria de prestar seus serviços. A lei não falava isso. Levantei essa questão junto ao Dr. Antônio Abrahão, que, com boa vontade, verificará a situação. Exigiremos o cumprimento da ação do PPAG, pois, se a comunidade tiver 10, 20 ou 30 pessoas, tem que ter água tratada. A pessoa não pode tomar água com barro. Estamos no Estado de Minas Gerais, o segundo Estado mais rico do País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, estava me dirigindo à tribuna do lado esquerdo, mas, como combino mais com o direito, ficarei aqui mesmo. Não tenho nenhum receio em dizer isso, então resolvi esperar o Deputado André Quintão terminar seu pronunciamento. Além disso, vi que ele também prefere a tribuna da direita, não é mesmo, Deputado André Quintão?

De forma bastante breve e usando apenas os 10 minutos que tenho, responderei aos questionamentos do Deputado André Quintão. Além disso, gostaria de solicitar ao grande amigo assessor da Maioria, Zé Alberto, que, se possível, dentro destes 9 minutos, conseguisse uma cópia da lei da criação da Copanor, que foi votada por nós e pelo Deputado André Quintão. Será que é possível conseguir isso?

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Deputado, não precisa dar ao Zé Alberto o trabalho de pegar a cópia da lei. Renuncio ao meu mandato se isso estiver na lei.

O Deputado Gustavo Valadares* - Não faça isso, pois ficarei muito chateado. Sr. Presidente, por favor retire isso dos anais desta Casa. Não aceito isso de jeito nenhum. Na verdade, quando o projeto de lei foi enviado a esta Casa, ele tratava desse número. Carlão, lembre isso ao Deputado André Quintão: a Copanor iria e irá atuar em comunidades de 200, 3 mil ou 5 mil habitantes.



Não me lembro bem, mas há um número mínimo de 200 e, se não me engano, máximo de 5 mil habitantes na comunidade, no povoado ou no Distrito. Isso está previsto. É papel do governo federal, por meio da Fundação Nacional de Saúde - Funasa -, investir nas comunidades que ainda não têm água nem esgoto tratado. Não podemos jogar a responsabilidade do governo federal - aliás, mais uma responsabilidade dele - nas mãos do governo do Estado, muito menos de uma empresa como a Copasa, que já sofre muito prejuízo em locais onde tem um déficit bastante grande por operar com água e esgoto em Municípios pequenos. A Copanor foi criada para levarmos tratamento de água e esgoto a uma tarifa muito menor que a praticada pela Copasa. Os funcionários selecionados, recrutados na própria comunidade e região, receberiam um bom salário para prestarem um serviço a um custo muito menor que o praticado pela Copasa. A tarifa cobrada seria muito menor e todo o investimento feito a fundo perdido. Esse investimento sai do caixa do Estado. Se não me engano, até o ano passado, estavam destinados R\$600.000.000,00 à Copanor, recentemente criada, para investimentos em comunidades. Ficaria aqui um dia, uma tarde e uma noite citando as comunidades que já estão sendo atendidas. A Copanor foi um presente que Minas recebeu, que serve - e serviu - de exemplo para outros Estados que estão buscando fazer o mesmo, que é democratizar, melhorar e facilitar o acesso da população mineira ao tratamento de água e esgoto.

Sr. Presidente, continuo aguardando a nossa assessoria para tratar da questão da Copanor. As tarifas praticadas por ela são infinitamente menores que as praticadas pela Copasa - aliás, tanto esta quanto aquela atendem muito bem a inúmeros Municípios do Estado. Agora ainda há casos que precisam ser tratados, e a Copanor está vigilante e tem consciência disso. Não se conseguem resolver todos os problemas de tratamento de água, esgoto e saneamento básico apenas dois e três anos depois da criação da Copanor. Esse é um caso complexo que demanda mais tempo. Para isso a população de Minas concedeu mais quatro anos a este governo. Tivemos oito anos de governo Aécio e Anastasia. Agora teremos mais quatro de governo Anastasia e Alberto Pinto Coelho, porque a população aprovou o modelo de gestão implementado ao longo dos últimos oito anos. Temos plena consciência de que ainda há muito por melhorar no Estado. O Deputado André Quintão por vezes nos traz questionamentos que são verdadeiros. O governo do Estado tem sensibilidade para ver isso.

Deputados e Deputadas, tenham certeza de que, daqui a quatro anos, quando o Governador Anastasia entregar o governo, ainda haverá muito o que fazer, até porque, Deputado Duílio de Castro, quando se resolve um problema, é claro que surgem outros. E assim é a administração pública. Esses são os desafios. Nas mais diversas áreas, e mais ainda na área de saneamento básico, o governo fez, em pouco tempo, muito mais do que inúmeros governos em muito tempo.

Portanto não tenho medo nem receio algum. Fui pego de surpresa pelo pronunciamento do Deputado André Quintão. Fiz questão de vir até aqui para discutir a indicação do Sr. Antônio Abrahão Caram Filho para o cargo de Diretor da Saae, que é agência regional de saneamento básico, e apresentar essas respostas. Minas Gerais saiu na frente na questão do saneamento básico, criou a Copanor e democratizou o acesso ao tratamento de água e esgoto no Estado por um custo muito menor com investimento a fundo perdido.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)* - Deputado Gustavo Valadares, escutei atentamente o pronunciamento do Deputado André Quintão, que citou meu nome. Realmente, sou amplamente votado no Vale do Jequitinhonha e entendo o esforço do governo ao criar o Projeto Estruturador Vida no Vale, preocupado em reduzir principalmente a mortalidade infantil. Hoje já existem dados indicando que a mortalidade no Vale do Jequitinhonha tem se reduzido em consequência dos inúmeros projetos e programas do governo estadual para a região, especificamente da Copanor, órgão que faz parte do Projeto Estruturador Vida no Vale. V. Exa. mencionou os investimentos. Aproximadamente R\$545.000.000,00 estão sendo investidos, atingindo 137 localidades com saneamento ambiental, incluindo tratamento de esgoto e água tratada, beneficiando mais de 175 mil pessoas. Estou acompanhando os trabalhos atentamente. Conforme disse V. Exa., os investimentos têm de ser aumentados, mas, nunca, na história de Minas Gerais, tivemos um governo como o do Prof. Antonio Anastasia, naturalmente sequência do governado do ex-Governador Aécio Neves, voltado para essa região. Foi criada uma Secretaria Extraordinária; portanto, há hoje uma secretaria preocupada sobretudo com o Mucuri, Jequitinhonha e Norte de Minas. Esse é o aparte que queria fazer. Obrigado.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Deputado, por muito tempo, V. Exa. ainda vai conviver comigo aqui, na Assembleia Legislativa, porque a Lei publicada em 17 de abril de 2007 diz o seguinte: "Fica a Copasa autorizada a criar empresa subsidiária integral com a atribuição (...) em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu. A subsidiária de que trata o "caput" atuará de acordo com a seguinte ordem de prioridade: Municípios em que a Copasa não atue, Municípios em que a Copasa não tenha implantado serviço de esgotamento sanitário."

A questão dos 200 habitantes até me é estranha, porque, no seu "site", a Copanor diz que o número é de 200 a 5 mil. Porém isso foi uma decisão interna da Copanor - não sei se por portaria ou por decreto. Então, a Copanor fugiu da própria lei que a criou. As minhas considerações foram apresentadas com o objetivo de mostrar isso com tranquilidade a V. Exa., que é muito atuante na região e um líder muito atento, e que, com certeza, vai nos ajudar a fazer com que a ação do PPAG seja cumprida. A lei que aprovamos - a memória ainda está boa - falava de 200 habitantes.

O Deputado Gustavo Valadares* - Deputado, V. Exa. tem razão ao dizer que a lei não tratava de 200. Vou verificar onde encontrei esse número - em algum lugar foi. Pode ter sido de alguma resolução ou portaria, vou verificar, como disse. Mas que ela tem definido que se trata de 200 a 5 mil, tem, e V. Exa. concorda comigo. E mais do que isso, V. Exa. tem de concordar que a Fundação Nacional de Saúde - Funasa - tem a obrigação de cuidar de investimentos inclusive nas comunidades de 200 a 5 mil habitantes; e ela não o faz. Agora, se V. Exa. conseguiu aprovar com votos dos demais parlamentares desta Casa a emenda no PPAG, é porque o Estado está consciente das suas responsabilidades. Vai bater na porta da Funasa e cobrar pelo menos uma pequena parcela de participação e vai cumprir bem o seu papel. Tenha paciência. Voltarei a esta tribuna para dizer onde encontrei esses 200 a 5 mil habitantes. Muito obrigado, Deputado.

* - Sem revisão do orador.



O Deputado Pompílio Canavez - Sr. Presidente, nobres colegas, gostaria de falar sobre a indicação do Sr. Antônio Abrahão Caram para presidir a agência. Concorde com tal decisão. Conheço o Sr. Caram desde a época em que fui Presidente do Sindicato dos Bancários; na época, ele era Presidente do Banco de Crédito Real. Portanto o conheço e votarei favoravelmente.

Quero também falar a respeito da criação da agência de saneamento.

Na época da criação da agência de saneamento, eu era Prefeito e lembro-me de que ficamos ansiosos com a criação dessa agência. Imaginamos que ela traria mais regras para o setor e ajudaria no saneamento. A primeira coisa que estranhamos foi o fato de os resíduos sólidos, do lixo, não estarem incluídos nas atribuições da agência. Isso foi uma falha em todo o Estado. Naquela época, pareceu-nos que a agência foi criada - e temos essa impressão até hoje - apenas para autorizar e corroborar os aumentos de tarifa de água e de esgoto. Falo ainda na condição de coordenador de um projeto de saneamento da Bacia do Rio Grande. Lá temos grande dificuldade, porque a maioria dos Municípios não tem sequer engenheiros para elaborar projetos, e a Copasa não tem interesse em trabalhar nos pequenos Municípios. Tenho acompanhado, com preocupação, a angústia dos Municípios, dos Prefeitos, com relação à questão do saneamento. O Ministério Público cobra, exige que o Prefeito faça o saneamento - e tem de cobrar mesmo, e o Município tem de fazer -, mas há grande dificuldade para tal. Lembro-me de algumas cidades, por exemplo, Guaxupé, na minha região, que vive em luta constante com a Copasa para que a empresa cuide do saneamento e tenha uma tarifa, um custo, que a população de Guaxupé consiga pagar.

Na semana passada, fui procurado pelo Presidente da Câmara de Barbacena, acompanhado de um colega Vereador, que me relatou sua preocupação com a Copasa em Barbacena. A cidade foi dividida quase ao meio. A Copasa cuida do saneamento de 40% do Município, e um departamento autônomo de água e de esgoto cuida dos 60% restantes. Isso está causando um grave problema na cidade. Aliás, Sr. Presidente, eles vieram pedir que a Comissão de Assuntos Municipais, da qual sou Vice-Presidente, realize em Barbacena uma audiência pública para debater as dificuldades com a Copasa.

A cidade de Caxambu também enfrenta problemas. Lá há um conjunto de casas do programa Minha Casa, Minha Vida que não recebeu a ligação de água e de esgoto, cuja responsável é a Copasa. Isso não ocorreu porque o Município está em débito com a empresa. Então, um direito elementar, que é o acesso à água e ao esgoto não está sendo cumprido. Isso gera intranquilidade.

Fico preocupado, porque pensamos que a agência de saneamento vinha para resolver o assunto. Vejo aqui a Deputada Liza Prado. Na legislatura passada, o irmão dela, o Deputado Weliton Prado, era parlamentar aqui e levantou essa discussão de forma muito apropriada: o que devem ser realmente uma agência de saneamento e suas atribuições, pelo menos o que deveriam ser. Infelizmente, o que temos visto até agora é que a agência tem servido mais para ajudar no aumento de tarifas do que na elaboração de regras. A Copasa anunciou um reajuste na tarifa de 7,2%. Então, telespectadores, de agora para frente vocês terão reajuste de 7,2% na tarifa de água, e, como a de esgoto está vinculada às tarifas de água, aumentará também.

Achei uma coincidência até ruim esse aumento da conta de água ter sido anunciado na semana do debate mundial sobre a água. Ou seja, na semana da água, a Copasa anunciou um reajuste da tarifa de 7,2% e, há pouco tempo, um resultado muito importante de mais de R\$1.000.000.000,00 de lucro. Gostaria também de lembrar que a maioria dos Municípios do Estado ainda não tem tratamento de esgoto. Alguns não têm ainda nem tratamento de água.

Por exemplo, na região do Lago de Furnas, fui Presidente da Associação dos Municípios do Lago de Furnas - Alago -, elaboramos os projetos de saneamento, por isso agora estamos ansiosos e angustiados em busca de recursos e de uma forma para podermos construir estação de tratamento de esgoto. Dos 52 Municípios, Deputada Liza Prado, são 29 estações de tratamento de esgoto, e os Municípios não têm recursos para fazer o que deveria ser feito pela Copasa.

Antes de conceder um aparte à Deputada Liza Prado, gostaria de dizer que a água é o principal recurso estratégico de nosso Estado. Saneamento é um direito de nosso povo, é saúde pública. Em cada R\$1,00 investido em saneamento, economizamos R\$8,00 em saúde.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Deputado Pompílio Canavez, fico muito feliz em ver V. Exa. se manifestar, por isso não poderia deixar de lhe pedir este aparte.

Tenho andado pela região de Belo Horizonte, como também no Norte e no Sul de Minas, e fico impressionada com a qualidade da água. Graças a Deus, em Uberlândia temos o DMAE, com quase 100% de esgoto na cidade. Temos lá uma água de boa qualidade, uma das mais baratas do Brasil. Esperamos que continue assim, porque, senão, o povo não aguenta. Temos um departamento com profissionais altamente capacitados e servidores muito preparados; porém, fico impressionada como Lagoa Santa, uma cidade onde muitos têm refúgio, apresenta alto índice de pessoas com problemas de rins. Por causa da água calcária, toda a população de Lagoa Santa - do mais rico ao mais pobre - tem de adquirir água mineral. No entanto, as famílias mais pobres têm um problema gravíssimo quanto ao custo, pois, para se comprar um galão de água de 20 litros, devem-se gastar de R\$7,00 a R\$8,00. Quanto uma família, com, no máximo, quatro pessoas, gastará de água por dia? Ainda por cima, precisa-se de água para as mulheres cozinharem. Isso é motivo de uma audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para Lagoa Santa. Como se não bastasse, essa cidade está crescendo sem um planejamento adequado, crescendo muito como Nova Lima. Percebemos, assim, que as pessoas têm um problema gravíssimo com a água. É um mal cheiro, a água é salobra, calcária, um problema gravíssimo para pessoas com problemas de rins. O pior é que agora a população tem de limitar o consumo de água, Deputado Pompílio Canavez, porque, na verdade, não conseguem comprá-la por ser cara. Quanto uma pessoa que ganha um salário mínimo por mês deve gastar com a água e nem consegue tomá-la, mesmo estando com filtro e tendo sido tratada? É um problema grave.

Como V. Exa. já disse, a água é um bem sagrado. Realmente precisamos de trabalhar arduamente em todas as comissões nesta Casa, porque é um direito humano. Por exemplo, em Contagem, há um problema gravíssimo. Há fossas sépticas em todos os lugares. Confesso que admiro a Prefeita Marília, que faz uma boa administração, mas não a vejo tomando providência, pois deu concessão para a Copasa de 100 anos. Quantos Prefeitos são engessados, Deputado Pompílio Canavez, por causa disso. É um absurdo, isso tem de acabar. Só querem o filé, não querem fazer a rede de esgoto. Deixam isso a cargo da Prefeitura, e a população é quem sofre com essa situação.



Deputado Pompílio Canavez, gostaria apenas de manifestar minha solidariedade com essas pessoas, por considerar a questão de saneamento muito grave. Trata-se de uma questão de saúde pública. Não importa qual cidade necessita, temos de lutar. Agora, vemos que há problemas de água calcária em todas as regiões, mas há mecanismos e obras para resolvê-los. No entanto, a prioridade tem de ser a saúde pública. Concordo com suas palavras, desejando-lhe muito sucesso. Continue defendendo o nosso povo com esse carinho, com esse conhecimento e capacidade que lhe é peculiar.

O Deputado Pompílio Canavez - Obrigado, Deputada Liza Prado. Realmente, além dessas questões que envolvem a água calcária, há também a questão do agrotóxico, que precisamos debater. O tratamento de água convencional da Copasa não elimina o hormônio, os medicamentos, nem o agrotóxico, o veneno da água. Então estamos bebendo veneno também. É preciso aprofundar esse tema.

Mas quero dizer que vamos aprovar, votar favoravelmente à indicação do nome do Sr. Antônio Abrahão Caram, esperando que, como Presidente da agência de saneamento, ele avance nesse sentido.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 4/4/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Duílio de Castro

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 2/4/11, que nomeou Gláucia Siqueira Sotero para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Gilberto Abramo

exonerando Denise Conceição Rosário Jangrossi do cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas.

Gabinete do Deputado Rômulo Veneroso

exonerando, a partir de 11/4/11, Márcia Maria de Paiva Borges Martini do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando José da Costa Luz para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Zé Maia

nomeando Olivia Maria Batista Barbosa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Justino Ferreira Neto para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Transparência e Resultado.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2011

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 19/2011

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 25/4/2011, às 14h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global mensal, tendo por finalidade a contratação de empresa, por um período de 12 meses, para o fornecimento de lanches.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório - GAPL - da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 8 de abril de 2011.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Algar Aviation Taxi Aéreo S.A. Objeto: fretamento de aeronaves. Objeto do aditamento: prorrogação por 12 meses. Vigência: de 26/5/2011 até 25/5/2012. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.



ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 1º/4/2011, na pág. 95, col. 3, sob o título “Gabinete do Deputado João Vitor Xavier”, onde se lê:

“Marcia Claro Liberato Costa”, leia-se:

“Marcia Clara Liberato Costa”

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 2/4/2011, na pág. 71, col. 4, onde se lê:

“Martim Francisco Ribeiro Andrada Filho”, leia-se:

“Martim Francisco Ribeiro de Andrada Filho”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 8/4/2011, na pág. 111, col. 4, onde se lê:

“Carlos Augusto Amaral”, leia-se:

“Carlos Augusto Ferreira Amaral”.